

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA**

**(RE)EXISTÊNCIAS E (RE)CONHECIMENTO: MEMORIAL DE UM INDÍGENA
KAINGANG**

Amilton Mello

Porto Alegre
2020

AMILTON MELLO

**(RE)EXISTÊNCIAS E (RE)CONHECIMENTO: MEMORIAL DE UM INDÍGENA
KAINGANG**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física realizado como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação Física pela Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS.

Orientador: Fabiano Bossle.

Avaliador: Lucas Silva Skolaude.

Porto Alegre
2020

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física pela UFRGS à minha família, a quem devo infinita gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, louvo a DEUS por ter me concedido a grande dádiva, a benção da vida.

Aos mestres, que durante todo o tempo de formação tiveram a sabedoria de entender minhas limitações e fragilidades, foram especiais quando mostraram o caminho e direção que deveria ser tomada, seus ensinamentos e orientações alicerçaram meus conhecimentos.

A todos, obrigado, tenham a certeza que os conhecimentos transmitidos farão toda a diferença na minha vida.

Aos colegas, meus camaradas de fé, obrigado por terem me propiciado tudo isso. Sabemos que os desafios nunca terminam, porém, gostaria de poder contar com todos vocês em novos desafios.

“Para onde você vai é mais importante do que quão rápido você está indo. Ao invés de sempre focar no que é urgente, aprenda a focar no que é realmente importante.”

Autor Desconhecido

RESUMO

Esse memorial descritivo têm o objetivo de apresentar o meu percurso pessoal e profissional de um indígena Kaingang do interior do estado do Rio Grande do Sul até me tornar diretor de uma escola indígena, bem como, de um professor de Educação Física. Minha trajetória estudantil inicializa com apenas sete anos de idade, em uma cidade no interior do estado. Após os primeiros anos escolares na escola indígena, frequentei tendo que estudar na escola do Fóg, onde passei por muitas dificuldades, por aquele ambiente ser muito diferente do meu contexto cultural. Após concluir o Ensino Fundamental e médio em escolas Fóg, fui convidado para ser professor de uma escola indígena, ainda no interior do estado, fato esse que me fez refletir sobre minha prática educativa. Fui morar em Porto Alegre e estudei no curso de Educação Física da UFRGS e ao mesmo tempo me tornei diretor da escola Kaingang. Como gestor me deparei com muitos desafios, principalmente pelo descaso do poder público para com a educação pública em especial com a educação indígena. No curso de graduação em Educação Física, apesar de toda a estrutura disponibilizada, me deparei com a invisibilidade cultural dos povos originários, com conteúdos e práticas hegemônicas/eurocêntricas que não faziam parte da nossa realidade na aldeia, passei por dificuldades no processo de aprendizagem, pois muitos professores não entendiam minhas apreensões. Compreendo a importância da Educação Física enquanto componente curricular que reconheça e auxilie a cultura corporal dos povos indígenas e que tenha capacidade de analisar criticamente práticas dominantes na área.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física Escolar; Cultura Kaingang; Indígenas; Memorial

RESUMEN

Este memorial descriptivo tiene como objetivo presentar mi recorrido personal y profesional de un indígena Kaingang del interior del estado de Rio Grande do Sul hasta que me convertí en director de una escuela indígena, además de profesor de educación física. Mi trayectoria estudiantil comienza con apenas siete años de edad, en una ciudad del interior del estado. Después de los primeros años escolares en la escuela indígena, asistí teniendo que estudiar en la escuela de Fóg, donde pasé por muchas dificultades, porque ese ambiente es muy diferente a mi contexto cultural. Luego de terminar la primaria y el bachillerato en las escuelas Fóg, me invitaron a ser maestra en una escuela indígena, aún en el interior del estado, hecho que me hizo reflexionar sobre mi práctica educativa. Me fui a vivir a Porto Alegre y estudié en el curso de Educación Física en la UFRGS y al mismo tiempo me convertí en director de la escuela Kaingang. Como gerente, enfrenté muchos desafíos, principalmente debido al desprecio del gobierno por la educación pública, especialmente la educación indígena. En la carrera de Educación Física, a pesar de toda la estructura disponible, me encontré con la invisibilidad cultural de los pueblos originarios, con contenidos y prácticas hegemónicas/eurocéntricas que no formaban parte de nuestra realidad en el pueblo, pasé por dificultades en el proceso de aprendizaje, porque muchos profesores no entendieron mis aprensiones. Entiendo la importancia de la Educación Física como un componente curricular que reconoce y apoya la cultura corporal de los pueblos indígenas y que tiene la capacidad de analizar críticamente las prácticas dominantes en la zona.

PALABRAS-CLAVE: Educación Física Escolar; Cultura Kaingang; Pueblos indígenas; monumento

ABSTRACT

This descriptive memorial aims to present a personal and professional tour of an indigenous Kaingang from the interior of the state of Rio Grande do Sul until I became director of an indigenous school, in addition to a physical education teacher. My student section starts with only age, in a city within the state. After the first school years in the indigenous school, I also had to study in the school of Fóg, where I went through many difficulties, because this environment is very different in my cultural context. As a result of finishing the primary school and school in Fóg schools, I was invited to be a teacher in an indigenous school, even in the interior of the state, which I have to reflect on my educational practice. I went to live in Porto Alegre and studied in the Physical Education course at UFRGS and at the same time I became director of the school Kaingang. As a manager, I face many challenges, mainly due to the lack of interest in public education, especially indigenous education. In the Physical Education track, in spite of all the available structure, I find myself with the cultural invisibility of the original pueblos, with content and hegemonic/eurocentric practices that do not form part of our reality in the pueblo, it is due to difficulties in the process of apprenticeship, because so many teachers did not understand my learnings. I understand the importance of Physical Education as a curricular component that recognizes and supports the body culture of indigenous people and has the ability to critically analyze the prevailing practices in the area.

KEY-WORDS: School Physical Education; Kaingang Culture; Indigenous People; Memorial

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
2 AS MEMÓRIAS DE UM INDÍGENA KAINGANG ENQUANTO DIRETOR/PROFESSOR DE ESCOLA E ESTUDANTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA	10
CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS	25
REFERÊNCIAS	28

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física é um memorial descritivo e tem o objetivo de apresentar o meu percurso pessoal e profissional: de um indígena Kaingang do interior do estado do Rio Grande do Sul até me tornar diretor de uma escola indígena, bem como de um professor de Educação Física. Minha trajetória estudantil inicializa com apenas sete anos de idade, em uma cidade chamada Tenente Portela/RS. Nesse mesmo município localiza-se a maior aldeia indígena do RS, com mais de quatorze mil indígenas. Essa escola indígena era destinada a educandos do primeiro ao quarto ano do Ensino Fundamental. Como a instituição escolar era bilíngue, aprendi a minha língua materna e o Português, já que a filosofia da escola era “ensinar os indígenas a falar o português, além de preparar para a vida fora das terras indígenas”. As aulas eram ministradas por educadores indígenas e não indígenas, mesma realidade existente até os dias atuais.

Concluídos os primeiros anos escolares, tive que estudar em uma escola dos Fóg (não indígenas). Nessa escola me deparei com uma realidade que não condizia com a minha, já que os projetos de ser e estar no mundo eram totalmente distintos. Após alguns anos de dificuldades na escola dos Fóg, consegui finalizar o ensino fundamental, com o intuito de frequentar o ensino médio, algo que realizei e concluí, novamente, em uma escola não indígena.

Após concluir o Ensino Médio, fui cursar o Magistério, momento em que fui convidado para dar aula na escola indígena da aldeia. Nesse sentido, busquei dialogar com a comunidade escolar em todas as situações, buscando coletivamente qual “caminho seguir”. Com essa primeira experiência na docência, entendi a necessidade de aperfeiçoar minha prática educativa.

Residindo em Porto Alegre, fui convidado para ser diretor da escola indígena que situa-se na aldeia Kaingang, mas sentia que não estava preparado para tamanha responsabilidade, no entanto o cacique solicitou minha ajuda. Dessa forma, me tornei diretor da escola indígena. Nesse percurso, aprendi muito, já que o Estado não ampara as escolas indígenas como demandam os marcos legais, porém continuo lutando por uma escola que respeite e valorize

os saberes dos nossos antepassados, esses que são essenciais na formação dos Kaingang. A tradição oral permanece tendo a atenção devida, a confecção dos nossos artesanatos, as nossas cosmologias, fatores culturais significativos para nossa cultura, permanecem sendo minhas lutas enquanto diretor.

No curso de Educação Física, apesar de toda estrutura disponibilizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), passei por algumas dificuldades, já que os conhecimentos indígenas, os saberes desses povos não eram reconhecidos, muito menos abordados, diferentemente dos esportes e práticas hegemônicas oriundos dos europeus. Nessa situação, interpreto a Educação Física enquanto elemento fundamental para se trabalhar a cultura corporal de maneira ampla e crítica. Nesse sentido, compreendo que esse componente curricular não está atrelado somente a escola, mas, sim, em um contexto amplo e diverso.

2 AS MEMÓRIAS DE UM INDÍGENA KAINGANG ENQUANTO DIRETOR/PROFESSOR DE ESCOLA E ESTUDANTE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Eu, Amilton Mello, nascido na Terra indígena de Guarita, no Município de Tenente Portela/RS, maior área indígena kaingang do Rio Grande do Sul, com mais de quatorze mil indígenas residentes na aldeia. Vou apontar aspectos culturais da minha etnia Kaingang, bem como minha inicialização na escola indígena e as diferenças de estudar numa escola Fóg (não indígena). Da mesma maneira, descrevo minha experiência enquanto diretor de escola e estudante do curso de Educação Física da (UFRGS).

Os Kaingang estão localizados nos Estados de São Paulo (SP), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e RS, formando as sociedades indígenas mais numerosas do país. Os colonizadores europeus, em meados do século XVI, visualizaram os grupos Kaingang, que se localizavam no litoral sul Atlântico, e acabaram por invadir os nossos territórios Kaingang. Nessa correlação temporal é que ocorreram as primeiras investidas contra os povos Kaingang (SILVA *et al.*, 2009). Foi a partir de 1824 que ocorreu a maior colonização do Brasil, a de imigração alemã, na cidade de São Leopoldo, garantindo aos alemães a exploração e a posse de regiões menos povoadas e incultas, onde os colonos alemães eram responsáveis pela produção (NONNENMACHER, 2000).

A minha vida escolar iniciou-se aos sete anos de idade quando fui matriculado na Escola Indígena Sepé Tiaraju. Esta era uma escola bilíngue de primeira a quarta série, mantida pelo Governo Federal, órgão responsável pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). A Filosofia da escola era “ensinar os indígenas a falar o português, além de preparar para a vida fora das terras indígenas”. Diante desses ideais entendidos como certos naquela época, as aulas eram ministradas por professores indígenas e não indígenas. Portanto, estudei até a quarta série e depois tive que sair para estudar fora, na escola do Fóg, pois já estaria bem instruído para encarar a vida escolar lá fora. Então, meus pais me matricularam na Escola Estadual de Ensino Fundamental Hosmar Hermann, no vilarejo de Irapuá, município de Miraguaí.

Conforme meu entendimento, as escolas indígenas, no Estado, têm seu início nas Missões Jesuíticas, com os Guaranis, onde permaneceram, muitos tempo, sem atenção pelo poder público. No século XX, foi instalado pelo Serviço

de Proteção ao Índio a abertura da primeira escola Kaingang, no posto Indígena Ligeiro, que teve muito mais um objetivo opressor, fazendo com que os povos originários deixassem suas tradições, do que uma forma de revitalização da sua cultura (RIBEIRO; PIOVEZANA, 2013). Esse início de perspectiva escolar no meio indígena, Freire (2017) elenca que “a opressão, que é um controle esmagador, nutre-se do amor à morte e não do amor à vida” (p. 90).

Somente em 1991, as escolas indígenas tiveram sua coordenação através do Ministério da Educação (MEC), onde a responsabilidade pela sua implementação ficava com os Estados e Municípios (MATTE, 2009). O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998 orienta a educação escolar indígena, como sendo intercultural, bilíngue e diferenciada, onde se deve desenvolver currículos específicos a cada comunidade. Claudino (2013) menciona a legislação que configura as escolas indígenas, reconhece os direitos destes quanto à sua orientação social, línguas, costumes e crenças, indicando para se viver com suas especificidades: “os direitos originários das terras que ocupam, garantindo às comunidades os seus territórios, um direito inalienável” (MATTE, 2009, p. 105).

Nas escolas indígenas será assegurado a formação básica no que se refere as suas diferenças culturais e processos de aprendizagem. Sustentado na Constituição Federal (1988), muitas Leis e documentos oficiais asseguram os direitos específicos aos indígenas na educação própria. Outros documentos oficiais atribuem à educação indígena como diferenciada e específica (MATTE, 2009). Na interculturalidade, o diálogo deve possibilitar que cada um seja aceito nas suas maneiras, reconhecendo a relação com o corpo, com a alma, fortalecendo a comunidade e um mundo que, coletivamente, permite a construção do espírito e sustentará as percepções e crenças indígenas.

Após a minha chegada na escola do Fóg, no meu primeiro dia sozinho, aquilo parecia não ser real, pois me sentia em outro mundo, não poderia voltar para casa se não meus pais iriam me bater, fiquei escorado na parede do corredor quando deu o sinal para entrar para a sala de aula, porque até o sinal era estranho pra mim, não sabia para que servia aquele sinal. Até que, então, a diretora da escola se aproximou e perguntou se eu era o indígena filho do seu Mello, afirmei que sim, apenas balançando a cabeça, e então ela me encaminhou até a sala de aula.

Me deparei com outra realidade, não conhecia ninguém, e tinham várias disciplinas, como é até os dias de hoje, menos a minha língua kaingang e a nossa cultura. Isso foi mesmo que começar do zero. Por vezes eu chorava para não ir à escola, mas era obrigado pelos meus pais. Passei o ano todo tentando me habituar a esta nova realidade e acabei reprovando aquele ano. Já no ano seguinte, mais habituado, passei de ano e aí as coisas melhoraram, já que consegui terminar o Ensino Fundamental. Com esses relatos, evidencio que, para um Kaingang, incluso em uma escola não indígena, foi muito difícil, pois o ensino daquela escola não estava de acordo com o tipo de educação dos nossos povos.

Assim foi da mesma maneira no ano seguinte, já na Escola de Ensino Médio Fagundes Varela da cidade de Miraguai, distante cinco quilômetros de casa, no turno da noite. Tinha que fazer todo esse percurso caminhando, chovendo ou não. Passei os três anos e me formei em Auxiliar de Contabilidade. Depois disso, não tinha onde arrumar um emprego, pois as cidades são pequenas e não oferecem muitas oportunidades. Então, resolvi continuar trabalhando com meus pais na agricultura.

Até que, em 1995, recebi um convite. Se eu teria interesse em trabalhar como professor na Escola Estadual indígena Toldo Campinas, quatro quilômetros de distância de casa. Resolvi aceitar o desafio, mas sem nenhuma noção de qual seria o papel de "Professor". Então, chegando na Escola, encontrei lá o professor Aldair Alfaiate e o professor Alceu Ribeiro, ambos professores do ano anterior. Isso era o primeiro dia do ano letivo, mas não visualizei nenhum aluno. Questionando sobre essa ausência, eles me responderam: teremos que ir visitá-los na casa deles e comunicar que as aulas irão recomeçar.

Falar sobre a educação indígena nos dias atuais requer uma breve análise histórica desse povo. É preciso reconhecer que nesses 510 anos, os povos indígenas têm sido destruídos, mortos, perseguidos e marginalizados pelos ditos civilizados. Mesmo com toda uma política de proteção e leis preocupadas com a qualidade de vida da sociedade indígena, se vê que ainda está longe de ter um tratamento digno e justo para aqueles que foram os primeiros habitantes da terra brasileira, portanto os donos originais da mesma (CLAUDINO, 2010, p.59).

Após isso, procurei dialogar com a comunidade escolar. Talvez a comunidade não tenha entendido, naquele momento, que isso fosse ir até eles, e seria o “caminho a se seguir”. O convencimento dessas propostas foi fundamental e o público alvo a ser alcançado assimilou muito bem a proposta, nenhuma criança em fase escolar ficou fora da sala de aula.

Após alguns anos de trabalho, senti que deveria buscar uma formação específica para a profissão que exercia. Nesse momento, procurei a Escola CEENC de Tenente Portela, escola privada que oferecia o curso de Magistério. Durante minha atuação de educador, tentei priorizar conteúdos referentes a cultura Kaingang, como a oralidade, onde a referência para nossos jovens sejam a interculturalidade, e valorizei a convivência com os velhos Kuiã. Nesse sentido, busquei elementos didáticos pedagógicos da própria identidade cultural da nossa etnia.

Indicando para se viver conforme as suas especificidades: os direitos originários das terras que ocupam, garantindo às comunidades os seus territórios, um direito inalienável, o espaço onde poderão viver conforme suas escolhas culturais (MATTE, 2009, p. 105).

Posteriormente, voltei para a sala de aula novamente, para me qualificar, e isso aconteceu juntamente com a prática. Me formei, obtive uma qualificação significativa, até porque a aplicabilidade da teoria era imediata com alunos. Depois realizei o Concurso do Estado no qual fui aprovado e efetivado. Segui trabalhando com a alfabetização de crianças nas escolas.

Neste tempo comecei a cursar Educação Física na Universidade de Ijuí – UNIJUI, porém, devido à distância, ficava complicado estudar, mas fiz algumas cadeiras do curso. Foi aí que resolvi fazer o vestibular para Educação Física na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Fui aprovado. Então, dialoguei com o pessoal da Secretaria de Educação (SEDUC) em relação a minha transferência de coordenadoria da 21ª para a 1ª. Convidei minha esposa e fomos para Porto Alegre.

Residente em Porto Alegre conversei com o Cacique Cláudir da Silva da Aldeia Indígena Kaingang Fág Nhin, localizada na rua Lomba do Pinheiro. Ele, então, ajeitou um lugar para que eu construísse minha casa, onde resido até os dias de hoje, e trabalhasse como professor na escola da aldeia, Escola Fág Nhin.

Ele me orientou e, ao mesmo tempo, cobrou empenho, já que gostaria de me ver Diretor da escola, principalmente por não estar a contento da comunidade a forma como estava sendo conduzida a nossa educação.

Passados dois anos, o cacique um certo dia me chamou e falou que, devido ao meu desempenho acadêmico e comportamento social, nesse período, eu deveria assumir a direção da escola, e que ele mesmo estava indo na Secretaria de Educação pedir a substituição do atual Diretor. Naquele momento, fiquei bastante confuso, porque era um desafio muito grande, já que, conhecendo a situação e forma de organização da escola, não me considerava preparado para ocupar tal cargo. Tentei argumentar, mas ele não aceitou, só se comprometeu em ajudar no que fosse possível.

No dia 05 de maio de 2012 saiu na Publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) a minha Designação como Diretor da Escola. A partir daí, tive que reprogramar minha vida acadêmica, pois agora estava nas minhas mãos a incumbência de promover a Educação de Qualidade Diferenciada que tanto a comunidade estava cobrando. Mas, por força do destino, dois meses depois, indo para uma reunião em Florianópolis, um acidente automobilístico fatal com o nosso cacique, modificou muita coisa.

Dias depois fomos retomando gradativamente as atividades, já com um novo cacique, mas com o mesmo objetivo: revitalizar e fortalecer a nossa Cultura e Identidade através da Escola. Depois de muito esforço, conseguimos a Portaria de Autorização de Funcionamento da Escola, já que, até então, a escola atendia alunos somente até a quarta série. Passando agora a ser Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Nhin, gradativamente fomos formando novas turmas até chegar ao nono ano.

Ao começar a carreira como professor entrei sem noção nenhuma de como seria “ministrar uma aula”. Dessa forma, procurei algumas orientações e sugestões de professores dos quais eu fui aluno, mas isso era tudo muito difícil, porque poucos demonstravam interesse em ajudar.

O tempo foi passando e senti necessidade de procurar uma formação para a função que estava exercendo. Particpei, também, de encontros periódicos de formação de professores indígenas de todo o estado, com o objetivo de construir Diretrizes específicas e diferenciadas para a Educação Escolar Indígena kaingang. Sobre o Projeto Político Pedagógico (2010) da nossa escola indígena,

já na sua capa, salienta que a escola é sustentada em valorizar a identidade cultural e, resgatando as tradições, aborda os conflitos vividos pelos povos Kaingang nos campos político, econômico e social, os quais possuem a classe dominante como detentora dos meios de sustentação e até da educação do repasse dessa ideologia de dominação a esses povos. Nesse sentido, a tecnologia que invade as casas, o trabalho, as salas de aula, os conteúdos e a vida dos estudantes.

Esse documento menciona que as aldeias indígenas vivem um processo de transição, a partir da perda de sua cultura nos últimos anos, devido a fatores de convivência com os Fóg, dentro e fora da aldeia, inclusive a perda da identidade linguística. Os povos indígenas estão, permanentemente, a proteger suas terras, línguas e culturas. Mesmo com as dificuldades, os Kaingang sabem pra onde estão conduzindo sua descendência.

Na escola, na qual sou diretor, os professores, em sua maioria, possuem vínculo de contrato temporário, sem estabilidade no cargo. Além disso, existe a pressão no trabalho por parte da rede, pois, a qualquer momento, pode surgir o rompimento do vínculo empregatício. Os professores da rede estadual passam por um atraso salarial por mais de quatro anos, dificultando, significativamente, o meu trabalho de gestor. O Estado é o responsável pela educação indígena, mas, em muito tempo, não ofertou formação específica para esses povos, não possibilitando uma educação de qualidade. Os Kaingang vivem silenciados em situação vulnerável resistindo pela manutenção dos seus costumes.

Muitos professores Fóg, os quais trabalham nas escolas indígenas, não tem formação específica, nem os fundamentos nos valores e no anseio das crianças que serão futuros protagonistas da sociedade. Assim, sabe-se que o mundo que está sendo formado não terá suas concepções coletivas (CLAUDINO, 2010). Na cultura Kaingang, os meninos bebem o conhecimento do seu povo nas práticas de convivência, nos cantos, nas narrativas históricas e, até mesmo, na confecção do artesanato. Os pais tem a perspectiva de saber que seus filhos estão lá para aprender, se apropriando do mundo como um todo (CLAUDINO, 2010).

A maioria dos professores que trabalham na escola indígena são Fóg, sem conhecimentos desses povos, o que contraria a Lei das escolas indígenas, podendo prejudicar um dos preceitos básicos dos Kaingang, como a

coletividade. Os pais querem que seus filhos aprendam, conforme o seu mundo, ligado ao convívio das crianças. A escrita e a alfabetização para os Kaingang não são mais do que uma técnica, é mais do que aprender a nadar ou pescar. Na tradição oral, a fala de um kuiã tem muito mais valor do que escrever um livro (CLAUDINO, 2010). Berton e Mainardi (2013) salientam que muitos alunos Kaingang chegam à escola sem saber falar a língua materna, aprendendo a língua Kaingang na escola, já que os que sabem falar a língua têm dificuldades na língua portuguesa. Dessa forma, são trabalhados aspectos culturais desses povos.

Muitos professores Fóg, os quais trabalham nas escolas indígenas, não tem formação específica, sem os fundamentos nos valores e no anseio das crianças que serão futuros protagonistas da sociedade, assim sabe-se que o mundo que está sendo formado não terá suas concepções coletivas. Na tradição Kaingang, os meninos bebem o conhecimento do seu povo nas práticas de convivência, nos cantos, nas histórias e na confecção do artesanato. Os cantos narram a criação do mundo, sua fundação e seus eventos narram também suas conquistas. Então, a criança está ali crescendo, aprendendo e ouvindo narrativas (CLAUDINO, 2010, p.36).

Além de todas essas dificuldades elucidadas, minha realidade como diretor evidencia a falta de equipamentos básicos, como refeitório para os estudantes, equipamentos de informática, biblioteca e impressoras, mostrando o descaso do Estado para com os povos Kaingang. Estou, até os dias de hoje, na Direção da Escola. Durante esses anos, são vários projetos elaborados: uns deram certos, outros não, devido a situação caótica que se encontra a Educação Pública do Estado. Mas, com muito sacrifício e esforço, colocamos a Escola no lugar dela, com sua organização própria, valorizando a nossa cultura e nossas especificidades, com uma educação indígena de qualidade.

Continuaremos na luta para melhorar a cada dia, porque a Educação é a base da sustentação das nossas comunidades indígenas. Apesar das dificuldades, é muito gratificante quando o público que a gente convive e trabalha gosta das alternativas inovadoras que a gente propõe. O conhecimento construído ao longo dessa minha caminhada, como educador e também na vida pessoal, me ensinaram a dar passos firmes na formação de futuros sujeitos, tenho convicção de que temos muito ainda a conquistar e construir.

Em minha trajetória de estudante de Educação Física na (UFRGS), fui muito bem recebido. Além disso, tive suporte inclusive com a disponibilidade de um Professor Tutor no Curso e um bolsista Monitor para auxiliar dentro e fora da Universidade, e no outro lecionava na escola. Apesar da estrutura, durante meu processo formativo, tive muitas dificuldades, já que a cultura indígena nunca foi mencionada, muito menos reconhecida no meu processo formativo. A maioria das disciplinas estão relacionadas aos preceitos eurocêntricos biodinâmicos. Diante disso, confesso que alguns saberes não faziam sentido para mim, já que, por vezes, os educadores não entendiam minhas apreensões, fatos esses que atrasaram minha formação de professor de Educação Física.

Bossle e Bossle (2018) reiteram que a Educação Física Escolar tem refletido poucos estudos, devido a uma persistente e contundente desvalorização dos saberes críticos produzidos na área que, constantemente, se reflete o caráter científico do paradigma dominante ao negar outras formas de conhecimento que não se pautam pelas suas concepções epistemológicas. Nessa correlação, Skolaude, Canon Buitrago e Bossle (2020), em um artigo de revisão sobre a Educação Física nas escolas indígenas, denunciam:

Com objetivo de analisar e discutir a produção acadêmico-científica sobre a Educação Física no âmbito da Educação Escolar Indígena, identificamos uma “subalternidade” em relação ao tratamento das questões indígenas e as contribuições que esta temática pode oferecer para o próprio campo acadêmico, considerando os percursos históricos, científicos e práticos nos quais tem sido estruturada a disciplina acadêmica no espaço escolar (SKOLAUDE; CANON-BUITRAGO; BOSSLE, 2020, p. 12).

Por isso, concordo com Canon-Buitrago (2017) quando salienta as ausências existentes nos currículos de formação, demonstrando que ainda mantem-se uma forma hegemônica de pensar e executar a Educação Física na formação de professores. A mesma possui legitimação no contexto escolar que está, intimamente, ligada a esportivização, a qual se mostra reducionista no trabalho pedagógico, pois se reduz a algumas modalidades esportivas (SANETO, 2016).

A Educação Física enaltece suas publicações, bem como seus cursos de formação, voltando-os as questões fisiológicas do corpo. Num processo constante de subalternização corpórea, inclusive pelos que estão fora da área de formação, seja na disseminação de roupas

atreladas às marcas fitness, em suplementos alimentares, em exercícios novos surgindo a cada dia, ao disciplinamento das práticas corporais pré-prontas, aos exercícios na busca de performances cada vez mais otimizadas, tudo na busca de corpos perfeitos. Em contrapartida surgem doenças atreladas ao psicológico, aumentam as mortes por uso de anabolizantes e cirurgias estéticas, doenças da imagem corporal, e são descobertos que alguns exercícios causam malefícios ao corpo em diversos âmbitos e etc. A área esquece do corpo efetivamente vivido, da autopoiesis que ele emana, bem como suas 126 raízes sociológicas e filosóficas. Submete-se ao pensamento de um corpo colonizado. Essa subalternização do corpo e de outras interpretações do mundo e dos saberes significa que as experiências vividas não são pensadas como formas estéticas relevantes de ser e estar no mundo, atrelando o corpo a performance e a busca de uma estética perfeita, pautando-se em conhecimentos coloniais (PEREIRA; GOMES, 2017, p. 6).

Compreendo a Educação Física não somente no contexto escolar, mas em diversos locais, em múltiplas atividades rituais e cotidianas, na interpretação dos significados culturais das comunidades que permanecem esquecidas, onde estas sejam valorizadas, evidenciando a cultura corporal, além de refletir amplamente os esportes hegemônicos. Percebo a importância de profissionais engajados na sua prática para auxiliar no resgate dos elementos da cultura corporal própria. Os currículos da Educação Física devem basear-se pelas deliberações dos PCNS, conforme Leite (2017), e deve exemplificar a cultura corporal do próprio grupo, a cultura corporal de outros povos indígenas e a cultura corporal de movimento da sociedade abrangente.

Dessa forma, entendo que a Educação Física Escolar indígena, estando por meio dos preceitos próprios da interculturalidade e da decolonialidade, possibilitaria fazer reflexões suficientes para que o corpo deixe de ser tratado como objeto, já que a educação decolonizadora deve proporcionar a perspectiva crítica e consciente, na relação com outros corpos na sociedade (SKOLAUDE, 2019, p. 131).

Para nós, os Kaingang, as crianças indígenas aprendem a educação como um todo, em casa com os pais e avós, já que essa é uma prática rotineira, como a caça ou pesca são atividades do cotidiano, mesmo aqui em Porto Alegre, pois o índio explora isso de forma racional e, também, como uma necessidade de sustentabilidade. Com isso, refleti sobre o curso de Educação Física: “porque não unir essa bagagem de conhecimento e prática que os alunos indígenas trazem de casa ao esporte regrado seja ele individual ou coletivo”.

Nesse sentido, concordo com Skolaude (2019):

Compreendo que as possibilidades que poderiam ser trabalhadas nas aulas de Educação Física estariam ligadas com a noção de corpo que está, diretamente, implicada a noção de pessoa, construída socialmente e associada a cosmologia do grupo, além do entendimento de como esses corpos foram sendo saqueados ao longo dos séculos (SKOLAUDE, p. 127).

As atividades tradicionais podem ser as modalidades etnoesportivas, com os movimentos sendo formas de expressão, saberes ancestrais com embasamentos filosóficos e cosmológicos, sejam aspectos teóricos ou práticos, na alimentação, na atividade física, na saúde, aspectos peculiares presentes nos ritos e nas danças (LEITE, 2017). Percebo que, apesar da Educação Física refletir outras formas de ensino aprendizagem como a cultura corporal, ainda fica explícito o seu passado ligado aos preceitos biológicos com suas práticas relacionadas aos esportes e descontextualizadas dos povos indígenas.

Mesmo no âmbito das escolas indígenas, onde seu contexto cultural e corporal é amplo, muitos educadores utilizam sua prática educativa para os esportes, não compreendendo de maneira crítica a invasão dessas práticas corporais nesses povos. Existe a necessidade de problematizar questões relacionadas aos povos indígenas nas aulas de Educação Física, assim como ampliar a visão crítica dos meios de comunicação e os livros escolares a respeito dos povos indígenas.

Concordo com a busca de conhecimento da “etnomotricidade indígena, ampliando a sensibilidade para as lutas destes povos: por liberdade; por terras; pela resistência a folclorização de sua cultura; pelo reconhecimento de sua humanidade, corporeidade e humanidade” (COREZOMOÉ; GONÇALVES JÚNIOR, 2016, p. 120). Grando e Pinho (2016) refletem a perspectiva colonialista que divide e oprime corpos e culturas na educação, especificamente no campo da Educação Física. É necessário fazer um diálogo especificamente quando se busca compreender o corpo como fonte cultural e se estabelece em nível macro e micro nos diferentes grupos indígenas e afro-brasileiros.

“Esse aspecto evidencia a possibilidade de reconhecer, proporcionar e refletir outras práticas corporais advindas dos povos originários, as quais estão invisibilizadas pelos processos hegemônicos, deterministas da Educação Física (SKOLAUDE *et al*, 2020, p. 130). Existem situações onde as modalidades esportivas causam incômodo entre os mais velhos indígenas, pois

compreendem a distância dos mais novos em relação às suas culturas. Dessa forma, a Educação Física pode auxiliar fazendo com que o educando tenha consciência dos elementos da cultura corporal dos Kaingang de maneira geral. Os indígenas tem nos seus embasamentos culturais os saberes dos mais velhos para os mais novos. Estes sabem que os esportes hegemônicos que hoje fazem parte das aldeias indígenas acabam não fazendo sentido com seu ambiente, por isso suas resistências.

Como Diretor, durante todos esses anos, fiz alterações importantes na área da Educação Física na minha Escola, como, por exemplo, alterei a Grade Curricular, passando de dois para três períodos de Educação Física semanais, do sexto ao nono ano. Além disso, busquei um professor de Educação Física comprometido com a qualidade das aulas, a partir da valorização e revitalização da cultura Kaingang como um todo.

Também estamos com um projeto em fase de licitação para a construção de um ginásio para as práticas corporais com mais qualidade e, também, oportunizar aos membros da comunidade. Acredito que, como um dos líderes comunitários, consegui mostrar a importância Educação Física como processo emancipatório, que auxilia na qualidade de vida, na conscientização, na saúde e bem estar dessa comunidade.

A Educação Física no viés da Pedagogia Crítica busca situar os sujeitos da educação, a partir de uma concepção dialética, na realidade histórica que o constitui e constitui seu grupo social, sua comunidade, seu povo. Essa perspectiva, a nosso ver, se situa no interior dos estudos culturais no qual a cultura (cultura corporal de movimento) ocorre em um contexto de relações de poder e de conflito (GRANDO; VINHO, 2016, p. 34).

Falei da minha trajetória de vida dentro das escolas das comunidades por onde passei, consegui fazer bons trabalhos, mas falta muito ainda para ser conquistado dentro da área da Educação Física, mas creio que possuo embasamento suficiente para seguir a frente com os indígenas, ainda mais em dias tão difíceis. Leite (2017) salienta que a escola pode pensar um currículo promovendo ações pedagógicas críticas e emancipatórias, desenvolvido nos preceitos indígenas, abrangendo a cultura, ludicidade e a corporeidade, além de auxiliar com o desenvolvimento de recursos dos saberes próprios.

Entendemos que a concepção de corpo, especialmente da etnia Kaingang e suas simbologias, são possibilidades viáveis para vislumbrar uma Educação Física crítica e emancipatória, na qual a problematização e o estudo da cultura corporal dos povos indígenas emergem como parte de um projeto educativo contra hegemônico (SKOLAUDE *et al*, 2020, p. 133).

Compreendo que devemos superar a discriminação e o preconceito, pois o Brasil é constituído por diferentes e inúmeros grupos étnicos. Por isso, se faz necessário conhecer, reconhecer, respeitar, valorizar e, especialmente, vivenciar outras manifestações culturais, como as indígenas e as africanas que influenciaram, significativamente, a nossa cultura. Na escola pouco se tem refletido sobre as relações étnico-raciais, seja nas aulas de Educação Física, ou nos demais componentes curriculares.

A história e cultura dos povos indígenas e africanos, não raro, se restringem a alguns conteúdos ilustrativos realizados em datas comemorativas (19 de abril - Dia do Índio; 13 de maio - Dia da Libertação dos Escravos; 20 de novembro - Dia da Consciência Negra) não perpassando o dia a dia da escola, muito menos de forma crítica (BENTO, 2012, p.30).

Interpreto a necessidade da Educação Física problematizar a cultura corporal dos indígenas com seus movimentos, saberes e cosmologias. Assim, poderá ter em suas práticas a riqueza dos conhecimentos indígenas, descontextualizando práticas hegemônicas/eurocêntricas de se reconhecer a cultura corporal. A Educação Física deve estar atenta às maneiras de ensino aprendizagem que estes povos possibilitam, já que os anciãos que são os detentores dos saberes indígenas possuem papel essencial na transmissão desses conhecimentos.

A cultura corporal vai muito além da prática ou técnica esportiva por si só, pois corresponde a diferentes práticas corporais produzidas culturalmente. A intenção da Educação Física é mediar e intervir no processo de apropriação da cultura corporal pelos alunos. Diante disso, é importante que o aluno conheça e compreenda o que as práticas corporais significam em sua vida e na sociedade na qual ele está inserido. Não basta que o educando saiba realizar determinadas práticas ou praticar determinadas modalidades esportivas, “é preciso que ele adquira e acumule conhecimentos para situar e compreender essas práticas

corporais na sua vida, assim como no contexto social em que vive” (SANETO, 2016, p.100).

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

É pertinente mencionar o início de minha trajetória escolar em uma escola indígena, específica de fato, como sustentam os marcos legais. Nessa instituição escolar, eu tive acesso a minha língua materna Kaingang, juntamente do Português. Residente no município de Porto Alegre, tive a oportunidade de assumir, como diretor de uma escola indígena, toda essa responsabilidade, a qual, juntamente de toda dificuldade, me ajudaram, significativamente, a projetar uma escola específica e intercultural, como deve ser de fato.

Apesar da CF (1988), dos decretos, das normativas em relação a especificidade da escola indígena, existem ainda muitos desafios a se superar. As principais dificuldades que enfrento são no sentido da falta de educadores especialistas nas línguas maternas indígenas, falta de profissionais capacitados para aulas e conteúdos referentes ao ensino diferenciado. O Estado é o amparador legal das escolas indígenas, mas é o mesmo que não ofertou formação específica para seus professores tivessem um ensino de qualidade, que desapropriou os territórios indígenas ao longo dos tempos e, também, é o mesmo que atrasou os salários de seus professores a mais de cinco anos. Agora eu pergunto: essas práticas de ensino específico, intercultural e bilíngue são realmente asseguradas?

Durante a minha formação de professor de Educação Física passei por algumas dificuldades, principalmente em relação ao ensino do curso, pois era diferente das concepções de ensino dos Kaingang. Algumas disciplinas ligadas a Fisiologia do exercício tive que realizar várias vezes, pois eu não entendia muitas das abordagens sobre o conteúdo, já que, muitas vezes, os professores não tinham o preparo para me auxiliar, fatos esses que atrasaram minha formação.

O currículo de formação da UFRGS está voltado para uma perspectiva dominante, onde os preceitos dos povos originários não são abordados, as formas como levamos nossas vidas não são reconhecidas. Menciono isso refletindo o RCNEI (1998) que orienta a escola indígena a ser intercultural e bilíngue. O documento compreende a Educação Física não somente na escola, mas em atividades cotidianas, a partir de um componente curricular que auxilia a compreensão dos significados culturais das aldeias indígenas, fazendo com

que as mesmas sejam divulgadoras da cultura corporal e com capacidade de analisar, amplamente, os esportes dominantes.

Por vezes, enquanto diretor e estudante de Educação Física, presenciei na escola Kaingang, professores de Educação Física que reproduziam a escola não indígena, sustentando essa prática nos fatores dominantes, como a saúde, invisibilizando aspectos culturais, cosmológicos e afetivos. Interpreto que a Educação Física não está localizada somente na escola, mas ela está presente nos ritos, no dia a dia da aldeia, na caça, nas brincadeiras e nos banhos de rio. As práticas corporais Kaingang devem ser problematizadas, os educandos precisam entender o porquê das mesmas estarem esquecidas e a importância de sua revitalização. Dessa forma, entendo que Educação Física pode refletir as práticas corporais Kaingang como um fenômeno de conhecimento, ampliando o horizonte para se analisar os esportes dominantes criticamente.

Com as arguições, evidencio que os Kaingang, hoje em dia, vivem em situação de extrema vulnerabilidade. Algumas leis específicas amparam esses povos, no entanto na prática a realidade é bem diferente. A educação brasileira sofre com o projeto neoliberal que se dissemina com muita velocidade. Os mesmos Kaingang que vivem silenciados continuam resistindo por direitos igualitários na sociedade, buscando construir significados da educação e de suas vidas, desafiando o conhecimento eurocêntrico hegemônico.

REFERÊNCIAS

BOSSLE, F.; BOSSLE, C. B. **“O conhecimento de quem é mais valioso?”** Educação Física Escolar, Educação Crítica e Pesquisa Científica no grupo DIMEEF/UFRGS. In: BOSSLE, F.; BOSSLE, C. B. *et al.* (org.). Educação Física Escolar, Etnografias e Autoetnografias: a formação de intelectuais transformadores. Curitiba: CRV, 2018. p.15-30.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI. Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

CANON-BUITRAGO, E. A. **Temáticas indígenas na Educação Física Colombiana: uma análise do discurso do programa de Licenciatura da Universidade Pedagógica Nacional.** 2017. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2017.

CLAUDINO, Z. K. **A formação das pessoas nos pressupostos da tradição educação indígena Kaingang.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

CLAUDINO, Z. K. **Educação Indígena em diálogo.** Pelotas: Universitária, 2010.
COREZOMÁE, L. F.; JUNIOR GONÇALVES, L. **Etnomotricidade de povos indígenas: educando na e para as relações étnico-raciais na educação física.** In: CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, W. L. da (org.). Educação Física Escolar e Relações Étnico-Raciais: subsídios para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba: Editora CRV, 2016, p.107-122.

GRANDO, B. S.; PINHO, V. A. de. **As questões étnico-raciais e a Educação Física: bases conceituais e epistemológicas para o reconhecimento das práticas corporais afro-brasileiras e indígenas.** In: CORSINO, L. N.; CONCEIÇÃO, W. L. da (org.). Educação Física Escolar e Relações Étnico-Raciais: subsídios para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba: Editora CRV, 2016, p.25-43.

LEITE, F. F. **Saberes Tradicionais Krahô: Contribuições para Educação Física Bilíngue e Intercultural.** 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – UFT, Araguaína, 2017.

MATTE, D. C. **Indígenas no RS: educação formal e etnicidade.** In: SILVA, G. F.; PENNA, R.; CARNEIRO, L. C. da C. (org.). RS Índio: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p.104-114.

NONNENMACHER, M. S. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SANETO, J. G. **Educação Física na/da Escola Indígena: apropriações e ressignificações numa Aldeia Bororo**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, UEC, Campinas, 2016.

SILVA, A. et al. **Pintura e Dança Kaingang**. Santo Ângelo: Curt Nimuendajú, 2009.

SKOLAUDE, L. S.; CANON-BUITRAGO, E. A.; BOSSLE, F. **A educação física na educação escolar indígena: a produção acadêmico-científica na área 21 como perspectiva de diálogo e (re)conhecimento intercultural**. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v.26, 2020.

SKOLAUDE, L. S.; VON BOROWSKI, E. B.; GOLDSCHMIDT FILHO, F.; GOULARTE, G. G.; ROCHA, L.O; CRUZ, L. L.; BOSSLE, F. **A Decolonialidade e o corpo indígena: viabilidades para uma Educação Física Escolar Crítica**. *In: VON BOROWSKI, E.B; MEDEIROS, T.N; BOSSLE, F (Org)*. Por uma Perspectiva crítica na Educação Física Escolar: ensaiando possibilidades. Curitiba: CRV, 2020. p. 129-142.

SKOLAUDE, L. S. **“Educação Física não é só isso, é muito mais”**: uma etnografia em uma escola estadual indígena Kaingang de Porto Alegre/RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, UFRGS, Porto Alegre, 2019.

RIBEIRO, A. R., PIOVEZANA, L.. **Pensando a educação indígena Kaingang numa perspectiva freireana: um educador em formação**. *In: BENVENUTI, J.; 175 BERGAMASCHI, M. A.; MARQUES, T. B. I. (org)*. Educação Indígena sob o ponto de vista de seus protagonistas. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p.112-130.